

# O epitáfio como lugar do discurso no monumento cemiterial

pg 21-33

Fernanda Kieling Pedrazzi<sup>1</sup>

## Resumo

Vivos e mortos coexistem em alguns espaços sociais do Ocidente, o que inclui ambientes discursivos como o espaço cemiterial. A relação entre ambos é estabelecida pelos monumentos/documentos ali construídos e fixados para serem, seus homenageados, (re) memorados. Há, neste local, um diálogo possível através de signos e simbologias. Ali o epitáfio é materialidade da língua. “Se pôr na escuta das circulações cotidianas”, de acordo com Pêcheux (2008, p. 48), é parte de uma agenda do discurso que vem ao encontro da historiografia contemporânea, pautada na micro-história, ou história do cotidiano. São buscados os sentidos em 10 jazigos de um recorte de 101, e 13 epitáfios, num total de 32 disponíveis. O cemitério, enquanto arquivo a céu aberto, permite ler o epitáfio como marca do sujeito local e temporalmente situado, considerando o social de seu tempo na busca do sentido pelo processo discursivo.

**Palavras-chave:** Cemitério. Discurso. Epitáfio. Monumento. Morte.

## THE EPITAPH AS A PLACE OF DISCOURSE ON THE CEMETERY TOMBSTONE

## Abstract

The living and the dead coexist in some social spaces in the West, including discursive environments such as the cemetery. This relationship is established by the monuments/documents built there for those they honor to be remembered. Dialog is made possible in this space through signs and symbologies. There, the epitaph is the materiality of language. “Putting itself in the hearing of daily circulations”, according to Pêcheux (2008, p. 48), is one of the objectives of the discourse that meets contemporary historiography, guided by micro-history, or history of the day-to-day. The meanings of 10 out of 101 grave inscriptions and 13 out of 32 available epitaphs were explored. The cemetery, as an outdoor archive, allows the epitaph to be read as a mark of the locally- and temporally-situated subject, considering the social aspects of its time in the search for meaning by the discursive process.

**Keywords:** Cemetery. Discourse. Epitaph. Tombstone. Death.

## Introdução

Para Silva (2017, p. 103), “escrever e guardar assegura a perpetuidade e a imortalidade”. Nesse contexto, os registros podem estar tanto nos documentos arquivísticos propriamente ditos, ou seja, naqueles que se encontram no *archéon*, que para os gregos teria, como uma das acepções, o lugar dos arquivos; como também poderia englobar outros tipos de registros, entre os quais os cemiteriais em pedra, mármore ou outro material duro.

<sup>1</sup> Doutorado em Letras (UFSM), professora do Departamento de Documentação do Centro de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: fernanda.pedrazzi@gmail.com

Como também um arquivo da humanidade, onde constam referências das pessoas, suas famílias e seus valores, o espaço do cemitério tem, no epitáfio, um meio de ler a cultura e as representações do sujeito. Estas, por sua vez, estão dadas a partir do local e do tempo onde são produzidas, subjetivadas pelo sujeito (ORLANDI, 2010, p. 70) a partir de sua formação discursiva. O passeio no cemitério remonta, para Catroga (1999, p. 114), a ideia de que esse espaço ao mesmo tempo “sagrado e público” é “um monumento educativo”, podendo ser visitado de modo a ser fruído, tanto por sua “estética” quando por sua “monumentalidade”.

Fernando Catroga é um importante autor português para os estudos cemiteriais em sua terra natal e em outros países, como o Brasil. Ele debruçou-se e produziu diversos textos e obras levando em conta as várias possibilidades de ver e entender as necrópoles e também a relação dos homens com a morte e a memória dos vivos e mortos. Ele próprio data o interesse pela temática nos anos de 1980, principalmente a partir de sua tese doutoral, conforme consta da nota prévia de “O céu da memória” (1999), quando transita entre o enterramento católico usando o espaço do templo até a secularização dos cemitérios.

O recorte maior da pesquisa é o mundo ocidental. Por isso, as produções de Catroga são, também aqui, tão importantes. A investigação é ampliada para outros autores estrangeiros e, também brasileiros, que tratam das temáticas morte, cemitério, epitáfio e discurso.

Compreende-se como fundamental a ideia de convivência entre vivos e mortos, sendo que o espaço cemiterial é um exemplo, por excelência, dessa coexistência. É na memória estabelecida nos ritos, envolvendo monumentos/documentos construídos e fixados nos cemitérios, que pessoas saem do anonimato para serem parte de um passado registrado em lápides. “Daí que”, segundo Catroga (1999, p. 11), “o rito seja sempre acto

social de exorcização da morte e restauração da ordem”. Os evocadores deste rito, e também autores dos epitáfios, podem ser um “indivíduo, família, associação profissional ou política, grupo de amigos, Nação, etc” (CATROGA, 2010, p. 176). A ordem restaurada após os ritos, no entanto, faz parecer normal o desaparecimento, o que contraria o que o autor chamou de “desejo de eternidade” dos homens. A sociedade, para Catroga (1999) quer ser imortal. Entre signos e simbologias, a materialidade da língua se dá através do epitáfio, objeto desta investigação na qual acaba por ser percebida, na historiografia contemporânea, como uma micro-história, sendo parte da história do cotidiano.

## O trabalho do discurso no cemitério

Orlandi (2010, p. 15) afirma que discurso é “palavra em movimento, prática da linguagem” e que com “o estudo do discurso observa-se o homem falando”. Nessa observação, deve-se considerar o mundo em que este homem está inserido, sua exterioridade, e com isso retoma-se a historicidade, que muitas vezes está posta de lado nos estudos linguísticos. São muitos os lugares onde temos, no cotidiano, oportunidade de ver discursos dados em um tempo-espaço determinado. Um desses lugares é o cemitério, onde convivem muitas expressões humanas na representação da morte e da saudade.

Pela Análise de Discurso de Pêcheux, a linguagem é mediação. “Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive” (ORLANDI, 2010, p. 15). Olhar para discurso significa ler continuidade e deslocamentos, significando aquilo que faz/traz sentido.

“Se pôr na escuta das circulações cotidianas”, de acordo com Pêcheux (2008, p. 48), é parte de uma agenda do discurso. No entanto, estar sensível

aos discursos que nos rodeiam no cotidiano é também realizar um trabalho de escolha, em que se sublinha e em que se silencia o dito/escrito, promovendo memória de alguns enunciados e, por consequência, esquecimento de outros tantos.

Grande foi a contribuição de Catroga (2009, p. 19) quando salienta que “a memória e o esquecimento se exigem reciprocamente”, o que faz pensar que não apenas se relacionam mas um depende do outro para existir. Assim já não é, tão somente, o “esquecimento como um produto da memória” (CATROGA, 2009, p. 17), mas sim que ambos estão direta e permanentemente vinculados, um dentro do outro.

Lugares de culto foram instituídos pela igreja católica na Idade Média pela consagração de terrenos dando início aos cemitérios, “enraizando na terra os corpos dos fiéis defuntos” próximos às igrejas ou a habitação das comunidades, nos agrupamentos humanos (LAUWERS, 2015, p. 24). Ao estudar os lugares funerários, Lauwers (2015) faz uma leitura da complexidade do real retratado nos achados de escavações arqueológicas, considerando um sistema social vigente, em contraposição com os textos de historiadores sobre a igreja e suas propriedades naquele período. Trata-se de uma perspectiva outra, uma leitura alternativa do passado, retomando os vazios e os esquecimentos oportunizados pelas leituras mais reincidentes.

Para Lauwers (2015, p. 19) é fato que na Idade Média, no ocidente, mortos e vivos coabitavam, compartilhando os mesmos espaços até pelo fato de as pessoas procurarem se estabelecer próximas aos restos mortais de seus familiares. No entanto a “presença de restos humanos de gerações precedentes no coração do espaço habitado [...] representava uma grande novidade em relação às tradições funerárias que tinham caracterizado as sociedades antigas” (LAUWERS, 2015, p. 19). Primeiramente se constituíram como anônimos e as sepulturas eram coletivas. “Os ancestrais

sepultados na terra do cemitério representavam a autoridade e encarnavam a norma; eles inspiravam as ações dos vivos” (LAUWERS, 2015, p. 20).

Catroga (1999, p. 13) reporta que o cemitério, de modo especial o do século XIX, “deve ser visto como um lugar por excelência de reprodução simbólica do universo social” e que por isso o culto aos mortos perpassa por uma ideia de memória a qual ele entende como “mais uma leitura actual do passado do que a a sua reconstituição fiel” (CATROGA, 1999, p. 14). Para isso, há, neste ambiente de mortos, uma oportunidade de relacionar-se com a própria morte: a do morto (como gatilho), e aquela que é sua (vista antecipadamente), do sujeito que olha para si a partir da experiência do outro. Para o autor, o ambiente dos mortos transforma-se também no ambiente dos vivos uma vez que é na “*re-presentificação*, [que] encontra-se projetada a morte futura do próprio evocador, bem como os seus anseios de perpetuação na *anamnesis* dos vivos” (CATROGA, 1999, p. 15).

Figurar, *post-mortem*, na lembrança dos vivos exige um esforço e há aqueles que se dedicam, em vida, em deixar seu legado garantido por meio da aquisição de um terreno no cemitério, deixando escrito seu próprio epitáfio, separando uma roupa adequada para seu velório e informando aos familiares, tendo a mão uma boa fotografia que represente seus melhores dias para quem vier a admirar sua imagem em uma fotografia lapidar. Há os que vão mais além, que constroem, a seu gosto, sua própria sepultura, a adornam e a deixam pronta à espera de uma data de morte para ali adicionar junto com seu corpo inerte.

A preocupação em organizar a morte não é somente tema contemporâneo, muito pelo contrário. A morte súbita parece, hoje, ser a ideal, aquela “totalmente inesperada e abrupta” (SCHMITT, 2010, p. 144). Na Idade Média, conforme defende Schmitt (2010, p. 144) “quando ocorria do sujeito de alguma maneira prever ou

sentir seu próprio fim, ocupava-se essencialmente dessa etapa”, de modo a não deixar problemas aos vivos, resolvendo as pendências de sua vida ainda em vida de modo que, quando morto, pudesse ter o merecido descanso da sua alma. Hoje, segundo Catroga (2010, p. 164) “morre-se sempre ‘de’, e esquece-se que, afinal a causa (das causas) da morte é o incessante perecer da vida”. O homem de hoje é resistente em aceitar esse fato, sua efemeridade.

Estando o sujeito morto, e no cemitério, se de um lado o seu túmulo tem a função de fazer “digerir o cadáver”, dando-lhe fim, fazendo-o sumir pela ação das bactérias e demais agentes de decomposição das carnes, de outro o *locus* de seus restos ele tem uma série de significantes que, de acordo com Catroga (1999, p. 15), se sobrepõem, são eles: “cadáver vestido, caixão, pedra tumular, epitáfio, estatuária, fotografia, etc”. As sobreposições trazem uma dissimulação da perda, da desintegração do corpo pela putrefação, do desaparecimento, da falta e do inexistir, numa lógica de que “quanto mais signos temos mais existe o ser e menos o nada” (URBAIN apud CATROGA, 1999, p. 16).

No ambiente cemiterial temos o invisível, que é escondido, escamoteado, dissimulado, clandestino, e que se deseja esquecer: o corpo inativo, morto. Nele temos ainda o visível, o que está acima do solo, que representa o que Catroga chama de “a camada semiótica” que “tem por papel encobrir o cadáver, transmitindo às gerações vindouras os signos capazes de individualarem e ajudarem na *re-presentação*, ou seja, a *re-presentificação* do finado”, o que o autor traz como a “poética da ausência” (CATROGA, 1999, p.16).

## **Cemitério como espaço político e de informação**

Com a secularização dos cemitérios, ou seja, é na passagem da sua ordenação e responsabilidade

da igreja para as administrações municipais, “sem qualquer autoridade religiosa” (BRASIL, 1890b), no século XIX, que a documentação dos enterramentos passa a ser uma preocupação pública e voltada para os cidadãos. No Brasil isso vai se dar especialmente após a Proclamação da República, findo o período monárquico e a transformação para um estado laico. No entanto, a controvérsia começa antes, com as interdições da igreja católica em dar sepultura aos mortos que não eram católicos e outras minorias.

Rodrigues (2005, p. 257) informa que ainda no período monárquico, em fevereiro de 1879, Saldanha Marinho, deputado amazonense, apresenta um projeto de lei na Câmara dos Deputados que defendia a jurisdição civil sobre os cemitérios. Uma discussão sobre a responsabilidade de julgar e emanar leis a respeito do que deveria ser pauta das Câmaras Municipais, segundo uma lei de 1828 (de 01/10/1828 que dizia que os cemitérios fora de templos seriam localizados fora dos povoados e designados por câmaras municipais) inviabilizou uma decisão. A tensão social crescia e o povo passou a invadir cemitérios para enterrar acatólicos, maçons e suicidas, os geralmente interditados.

Cerca de meia dúzia de políticos do parlamento brasileiro defensores da secularização e, com isso, “combate ao princípio do cemitério eclesiástico, sob a alegação de que esta era uma instituição da esfera de competência do poder público das municipalidades” (RODRIGUES, 2005, p. 262) foram contra o poder da Igreja na sociedade civil. Joaquim Nabuco, por exemplo, de acordo com Rodrigues (2005, p. 269), disse, sobre a Igreja, que “seu domínio era garantido pelo apoderar-se do cadáver, estendendo a sua jurisdição sobre ele não só ao túmulo, mas também ao cemitério, perpetuando entre os mortos as divisões que ela criara entre os vivos”. Catroga (1999, p. 13) afirma que o cemitério oitocentista é um local “de reprodução simbólica do universo

social”, refletindo inclusive as mudanças no campo político.

Rodrigues (2005) comenta que um novo projeto de secularização foi redigido, dando fim à polêmica na Câmara, e apresentado ao Senado pouco mais de um ano e meio depois, em outubro de 1880, mas ficou aguardando sete anos até entrar novamente na pauta tendo em vista à polêmica que representava. “A Igreja e seus defensores ainda tiveram poderes para barrar algumas das medidas laicizadoras, certamente devido aos vínculos com o poder imperial, ainda que conflituosos” (RODRIGUES, 2005, p. 298).

O Senador catarinense Escragnoille Taunay movimentou o projeto e em 1887, depois de oito sessões, e devido à aprovação do projeto do registro civil, sendo ambas de interesse público. As comissões que analisaram o projeto o negaram e o mesmo foi novamente engavetado, sendo recuperada a temática pelo governo provisório após a Proclamação da República. “O projeto de Constituição, publicado com o decreto nº 510, de 22 de junho de 1890, consagrou a laicidade dos cemitérios (no artigo. 72, parágrafo 5º) e, pelo decreto nº 789, de 27 de setembro de 1890 o assunto foi regulado” (RODRIGUES, 2005, p. 297).

Secularizado, é inegável o valor informativo cemiterial. Entre símbolos e signos escancarados em sepulturas, os sujeitos expressam-se, através dos séculos e das décadas que seguem, de modos diferentes, utilizando materiais diversos, perpetuando as memórias de si e dos seus mortos caracterizadas em seu tempo. O religioso não desaparece de todo, mesmo secularizado, a cruz cristã ainda é forte presença. Mas como compensação à falta do religioso, passa a haver “um forte investimento nas liturgias da recordação e na postulação da memória (e do futuro histórico)” (CATROGA, 2010, p. 182). Assim “todo jogo do simbolismo funerário parece apostado em edificar

memórias e em dar uma dimensão *veritativa* ao ausente” (CATROGA, 1999, p. 16).

Ariès (2014, p. 637) entende que “os homens, sobrepondo-se uns aos outros nos mesmos locais, apagaram os traços dos seus predecessores, mas deixaram subsistir [...] as sepulturas afastadas que continham um condensado da cultura dos vivos”. É na visita aos cemitérios e nas diferenças encontradas nesses vestígios frente ao que se produz hoje nos cemitérios seculares, que vemos o movimento da cultura dos monumentos e as formas de presença dos mortos nas sociedades. “O cemitério foi (e é ainda?) o sinal de uma cultura” (ARIÈS, 2014, p. 638).

Roudinesco (2006, p. 7), por sua vez, afirma que “o poder do arquivo é tanto mais forte quanto mais ausente for o arquivo”. Assim, o arquivo da sociedade que fica exposto como documento e à disposição nas ruelas e avenidas dos cemitérios, sendo reduzido, breve, até mesmo pelos espaços que dispõem e tradição que mantêm, transforma-se e ganha importância para as gerações que seguem a ter contato com ele.

Catoga (1999, p. 20) infere ser necessário cuidado ao chamar cemitério de museu uma vez que naquele os objetos são intrinsecamente ligados no que diz respeito ao “significante, significado e o referente (ausente)”, no caso o morto e sua relação com o monumento que se ergue para rememorar sua passagem; enquanto que neste, no museu, os “objetos são inseridos num conjunto artificial, ‘ neutro’ e erudito”, portanto diferenciando-se (CATROGA, 1999, p. 22). A paráfrase “cemitério, arquivo a céu aberto, que sofre ação do desgaste do tempo e das condições climáticas” (MARCON, 2017, p. 31) baseada no senso comum de “cemitério, museu a céu aberto”, mesmo que controversa, é inevitável pois traz fundamentos de verdade.

É na ausência da documentação sobre as mortes que o que está posto e disponível no

cemitério, nas lápides, passa a ganhar importância e ser pertinente. Nas secretarias administrativas de cemitérios há pouca ou quase nenhuma informação. A pouca informação que há, quando em cemitérios públicos, até por necessidade de assegurar sua preservação, fica, ainda assim, longe dos olhos de quem circula naquele lugar de memória.

A luta pelos cemitérios públicos travada no último quartel do século XIX representava a defesa “do princípio de igualdade na morte”, ficando os mesmos “sujeitos à direção e à administração da autoridade civil” e não “por interesses religiosos e, portanto, suscetíveis às interdições de inumação” (RODRIGUES, 2005, p. 278). Ainda assim, não há, até os dias de hoje, uma apropriação, por assim dizer, do cidadão comum aos arquivos cemiteriais, até em função da natureza em parte privada que constitui tal documentação.

Atualmente no Brasil há legislação no que tange aos arquivos públicos, como é o caso da Lei de Acesso a Informação, a LAI (Lei Nº 12.527/2011), que entrou em vigor em maio de 2012 depois de regulamentada por Decreto presidencial (Decreto Nº 7.724/2012) e que aproxima o cidadão da informação (BRASIL, 2011).

No Decreto Nº 7.724/2012 fica claro, em seu Capítulo III, artigo 7º, “que é dever dos órgãos e entidades promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas” (BRASIL, 2012). Assim sendo, os cemitérios, por exemplo, poderiam dispor de informações acessíveis via internet sobre os enterrados em seu espaço de modo a facilitar a identificação dos cidadãos, sem a necessidade de deslocamento até o cemitério.

É bem verdade, no entanto, que a disponibilização de informações que prega a transparência ativa dos órgãos públicos brasileiros seria incapaz de dar a experiência completa da presença no ambiente cemiterial. Há muito que a

insalubridade do cemitério foi uma preocupação e motivo para o não circular do povo neste lugar. A problemática a este respeito verificada, por exemplo, na Paris do século XVIII, que envolveu os médicos no levantamento dos perigos à saúde pública, colocou frente a frente questões religiosas e epidêmicas (ARIÈS, 2014). O medo do contágio das emanações pútridas afastou, em muitos casos, os cemitérios das igrejas e os levaram mais para lá das fronteiras da polis, no chamado extra-muros. No entanto o crescimento das cidades acabou por “devorá-los”, tornando-se, novamente, parte da massa urbana das cidades.

## O epitáfio como materialidade do monumento/documento cemiterial

Ariès (2014, p. 705) entende que “o cemitério público vai, portanto, concentrar toda a piedade para com os mortos. Tornou-se no século XIX, conforme a palavra de um historiador americano, S. French, ‘uma instituição cultural’, direi mesmo, religiosa”. Atualmente, no Brasil, há uma Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais, a ABEC<sup>2</sup>, que busca promover o diálogo entre os pesquisadores brasileiros dessa temática.

Em publicação de 2002, Borges faz uma apresentação de um estudo realizado no início dos anos de 1990 quando “poucos estudiosos se dedicavam a levantamentos similares”, no caso, sobre a arte funerária no Brasil. A autora, que apresenta as marmorarias de Ribeirão Preto, defende que em inícios dos anos 2000 era “possível observar uma crescente vitalidade das pesquisas [sobre cemitérios], com excelentes contribuições” (BORGES, 2002, p. 14). À respeito dos cemitérios

2 A Associação promove um encontro brasileiro de pesquisadores da temática a cada dois anos e tem sede em Goiânia, Goiás. O último encontro aconteceu em Florianópolis, em julho de 2017. Na UFSM há um grupo de estudos e pesquisas chamado Informação e Cemitério preocupado com esta temática, hoje certificado no CNPq (no diretório de grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

convencionais, Borges (2002, p. 281) salienta ser um espaço onde “os valores burgueses” fossem registrados.

Por meio de normas peculiares, as construções eram dotadas de funcionalidade, de valor artístico e simbólico, pretendendo sempre cultuar a memória do morto como ser social – pertencente a uma determinada família, a uma determinada classe – como indivíduo – portador da necessidade de ser perenizado, sair do anonimato, adquirir propriedade perpetua. (BORGES, 2002, p. 282)

O desejo de ser perpétuo, ganhar a perenidade, encontra-se com os meios de guardar os restos humanos. “Dentro do cemitério, o túmulo é um memorial” (ARIÈS apud CATROGA, 1999, p. 20). Assim, o memorial faz lembrar aquele ali sepultado. Borges (2002, p. 291) salienta a ideia de ecletismo, muito presente nos cemitérios brasileiros de hoje, quando “a instância estética acompanha a social”, enquanto fenômeno. Araújo (2008, p. 43) afirma que os epitáfios, assim como as esculturas, são as formas mais usuais de expressão da memória nos cemitérios. Para o autor, os epitáfios são “inscrições feitas de diversas formas (esculpidas, pintadas, grafadas ou coletadas nas lápides), que expressam uma ou mais ideias ou conceitos do mundo dos vivos para o mundo dos mortos”. (ARAÚJO, 2008, p. 43)

Os monumentos, por sua vez, entendidos por Catroga (1999, p. 20) como “tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação – incluindo os próprios actos escritos” são mais englobantes. É na escrita de um monumento funerário encontra-se o epitáfio.

“O túmulo deve ser lido como uma totalidade significativa” que permite que vivos e mortos coexistam num ambiente discursivo como o é o espaço cemiterial. A relação entre ambos é estabelecida pelos monumentos e documentos ali construídos e fixados para serem, seus homenageados, (re) memorados mesmo que com a certeza de que há esquecimentos sobre si. Há, na simbologia e na linguagem disponível no cemitério,

um recorte da vida a quem se faz a homenagem, recorte este exposto em imagens e enunciados.

Principalmente a partir do século XIX, a “materialização dos signos”, de acordo com Catroga (1999, p. 17) gerou a exigência da “fixação do cadáver (isto é, um monumento) de modo a ser nítida e inequívoca a *evocação* (a imagem, o símbolo, o epitáfio narrativos) e a identificação do ausente (a epigrafia onomástica)”. Ter o nome próprio do sujeito explicitamente posto acima de seus restos mortais é fundamental para dizer a quem se dirigem as palavras dedicadas em epitáfios. O epitáfio aqui pode ser compreendido como a inscrição de lápides tumulares e/ou monumentos funerários que, de acordo com Araújo (2008, p. 43) “representa a identidade cultural de uma determinada região em uma determinada época, indicando um ponto de vista particular ou público”.

Na Análise de Discurso “o leitor deve se relacionar com os diferentes processos de significação que acontecem em um texto” (ORLANDI, 2010, p. 70). O texto, neste artigo, ou a materialidade analisada, é o epitáfio encontrado no Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria<sup>3</sup>. O material foi coletado na execução do projeto “Informação lapidar na parte antiga do Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria - o ‘Cemitério Alemão’, fase 1”<sup>4</sup> durante os anos de 2015 e 2016.

3 Este Cemitério foi inaugurado em Santa Maria (RS) como público em 1879, conforme o registro de número 1, localizado no Fundo Câmara Municipal (Caixa 1 – 1838 a 1893) do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (RS). Uma área de 1.936 m<sup>2</sup> foi doada pela Câmara à comunidade alemã local para que pudessem realizar seus sepultamentos. Embora tenha sido criado como um cemitério extra-muros, hoje encontra-se totalmente integrado à malha urbana. Ali estão os túmulos mais antigos do município que foram preservados, resistindo ao tempo e as circunstâncias políticas e religiosas.

4 Coordenado pela profa. Fernanda Kieling Pedrazzi e envolvendo alunos de graduação do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Vinculado ao Departamento de Documentação do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) e registrado com o número 042199 no Gabinete de Estudos e Apoio Institucional Comunitário (GEAIC) do CCSH da UFSM.

O que se busca, nessa análise, é “compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, é compreendê-lo enquanto objeto linguístico-histórico, é explicitar como ele realiza a discursividade que o constitui”. Num universo de 101 túmulos mapeados<sup>5</sup> na área demarcada dentro do Cemitério pelos participantes do projeto, três grupos fizeram o registro das lápides (fotográfico e transcrevendo as informações textuais) de 366 mortos sendo que 188 foram enterrados antes de 1950, ou seja, 51,36% do total dos falecidos ali sepultados.

Aqui são apresentados epitáfios de dez túmulos e os nomes dos falecidos escolhidos por epitáfios (em número de 13) não são expostos, apenas suas iniciais, idade no momento da morte e ano de nascimento e falecimento (quando constam).

O primeiro túmulo escolhido para a análise é um jazigo de família (com nome do patriarca acima da construção). Neste jazigo, cinco pessoas (três mulheres e dois homens) têm dados registrados e todos têm epitáfios. Dentro da tipologia funerária, de acordo com Batista e Grassi (2014, p. 44), os jazigos podem ser do tipo capela ou monumento. O primeiro “consiste em uma ou mais carneiras edificadas acima do nível do solo, tendo como volume principal uma pequena capela ou oratório, sendo este o elemento que confere unidade ao conjunto” (BATISTA & GRASSI, 2014, p. 47). O epitáfio escolhido não contém o nome a quem se dirige. Como uma das três mulheres faleceu com 86 anos (E.M., 1888-1974) e outra com 72 anos (M.C.M., 1865 – 1937), e a terceira nasceu e morreu no mesmo dia, é possível que seja dirigido a qualquer uma das duas mais velhas.

Inesquecível Mamãe: Enquanto repousas em teu sepulcro, os teus filhos rezam por ti, e suplicam a Deus que derrame sôbre tu'alma as mais copiosas bençãos Saudade eterna daquêles que te eram caros.

<sup>5</sup> Para serem considerados dentro do recorte, os túmulos deveriam ter, ao menos, um enterrado antes de 1950, ou seja, sua morte deveria ter ocorrido até o dia 31 de dezembro de 1949. Esta data foi estipulada de modo aleatório, mas buscando preservar as sepulturas mais recentes devido ao aspecto ético.

O texto apresenta algumas marcações importantes. A primeira é a ideia de descanso, muito repetida no espaço cemiterial. Catroga (1999, p. 106) traz a ideia de que nos cemitérios latinos há uma cenografia que reporta a negação da morte e a esperança de um dia vivos e mortos se reencontrarem. “Por isso a morte é encarada como um ‘sono’ ou uma ‘viagem’, e a habitação do morto é vista como a objectivação simbólica da sua própria casa”. Outra ideia marcante neste epitáfio está relacionada ao religioso. Expressões como “rezam por ti”, “suplicam a Deus”, “alma”, “bençãos” são fundamentalmente ligadas a uma influência cristã. Esses trechos remetem a uma ideia de filiação ao religioso por parte da família que escrevem o epitáfio dirigindo-se à morta, no caso a “Inesquecível mamãe” a quem os filhos, conforme consta no epitáfio, têm “Saudade eterna” expressando o que Catroga chama de “luto romântico” onde há “a confrontação directa com a morte do outro (um ente querido) e de uma vivência mais intensa e da antítese entre a inevitabilidade do tempo finito e a aspiração à não mortalidade” (CATROGA, 1999, p. 107).

Um outro jazigo de família, o segundo aqui explorado, presente no Cemitério Ecumênico de Santa Maria (porém sem o epitáfio onomástico geral, ou seja, sem nome próprio de patriarca ou sobrenome de família) e aqui eleito para análise, tem sete pessoas sepultadas (são duas mulheres e cinco homens), sendo que cinco delas com epitáfio. Num desses epitáfios, direcionado a um homem, que morreu com 53 anos, ressalta-se o mesmo luto romântico verificado anteriormente, em que a ideia de não mortalidade é novamente retomada. “Partiste para a vida eterna porém estarás sempre vivo em nossos corações” (L.M.B.P., 1935 – 1989). Também são reincidentes, neste jazigo, as ideias de morte como sono, quando, no alto do jazigo, há a inscrição “Descança em paz”, e referente à criança sepultada com dois anos, do sexo masculino, se



deixa a mensagem aos vivos “Descança em paz o inocente” (M.P., 1917 – 1919).

Catroga faz referência que, enquanto espaço público, “entende-se a importância que todos os sectores sociais atribuíam ao último rito de passagem às liturgias de recordação” (CATROGA, 1999, p. 136). Em outro jazigo do já referido Cemitério (aqui o terceiro) e que, igualmente ao anterior, não consta o nome ou sobrenome de família, está o registro de três homens ali sepultados. No entanto, somente o mais novo tem epitáfio e este leva em conta quem era, socialmente, a pessoa (juiz de comarca), que na hora de sua morte possuía apenas 24 anos, ali lembrada por palavras. “Jazem aqui os restos mortaes do desafortunado jovem Dr. (...) Juiz da Comarca de Rio Pardo. Eternas recordações de seus desolados pais, irmãos e noiva” (A.N.P., 1905 – 1930). Nota-se que o epitáfio é escrito para aqueles que circulam no ambiente do cemitério, e não ao morto, dando as credenciais de doutor (Dr.) ao “jovem” que possuía uma importância na cidade gaúcha de Rio Pardo e além da família (“pais, irmãos”) ainda tinha um vínculo de noivado, ou seja, uma esperança de ter uma vida familiar ampliada, que além de bem sucedido no campo profissional, ainda era bem sucedido no campo amoroso, com uma vida toda pela frente ali, desafortunadamente, ou seja, de modo infeliz, interrompida.

No quarto jazigo perpétuo de família analisado, em que consta o nome do patriarca acima, estão apenas duas pessoas sepultadas (uma mulher e um homem). Pela data de nascimento de ambos, eram contemporâneos e pelos sobrenomes que ali constam possivelmente foram casados. No entanto apenas o homem recebe epitáfio, um prestígio comum na sociedade dos anos de 1930, quando faleceu o homem, então com 43 anos. “Preito de gratidão e de saudade da esposa e filhos” (A.B., 1887 – 1930). Araújo (2008, p. 43) afirma que as esculturas e epitáfios enquanto sistemas de símbolos que são, “fortalecem a representação da

identidade cultural fortalecendo a construção de uma memória individual/coletiva”. Assim, a palavra “preito” utilizada para referir uma manifestação de veneração, respeito e homenagem ao marido e pai (“de gratidão e de saudade da esposa e filhos”), carrega em si a representação cultural do homem, pai de família e provedor a quem se agradece os cuidados recebidos. Neste jazigo não há referências ao sagrado, à cristandade, senão a importância é dada ao homem, a celebração é ao pai numa ideia de gratidão. Embora não expressa de modo escrito, a cruz, presente no túmulo, é uma simbologia que remete à Igreja.

Catroga (1999, p. 113) indica uma série de símbolos comumente presentes em túmulos e que trazem uma mediação religiosa ou não, sendo que “encontra na cruz a expressão suprema” da cristandade. Ele cita, por exemplo, o anjo da fé como parte desta visão católica e ainda a “subida da alma para o paraíso (o anjo, o pássaro com asas, o sol alado, a barca, a chave, a ampulheta alada, a mulher nua ascendendo)”. Mas cita também símbolos da “marcha do tempo: o crânio, a tibia cruzada, as foudes da morte, as gadanhas, as tochas invertidas [...] a ampulheta partida [...], o relógio” (CATROGA, 1999, p. 113).

A mulher, como mãe, também é homenageada num epitáfio localizado em um jazigo, o quinto analisado, também sem um nome ou sobrenome geral o identificando, mas com nove pessoas sepultadas sendo cinco mulheres e quatro homens no total. Somente esta mulher, então com 31 anos, e parte de seus filhos, aqui destacada e constando o seu nome, e um outro homem recebem epitáfio. “Aqui jazem (...) e seus filinhos (...) saudade de teu esposo Pai Filhos e irmãos.” (M.S.C., 1909 – 1942). Os filhos citados no epitáfio têm apenas os primeiros nomes (E. / P. / P. / T., sendo dois homens e duas mulheres), sem data de nascimento e morte. Pode-se inferir que tenham sido gêmeos e por isso enterrados com a mãe e homenageados em um

só epitáfio. No nível informativo, aparece como aqueles que têm saudade, e portanto assinam o epitáfio, “esposo Pai Filhos e irmãos”, indicando que a falecida possuía um marido, outros filhos que ficaram vivos, um pai (certamente já havia perdido a mãe pelo fato de a mesma não constar) e irmãos (sendo que são mais de um e um, pelo menos, era homem).

Outra mãe celebrada em epitáfio faz parte de outro jazigo, o sexto, sem nome de família, no qual três pessoas foram enterradas, de acordo com os registros, sendo dois homens (um sem nome) e uma mulher. Os três receberam homenagem com epitáfio. Sobre a mulher, se escreveu “Esposa e mãe extremosa orae por ella.” (A.V.C., 1874 – 1912). Morta com a idade de 38 anos, o pedido é para quem lê o epitáfio “orae por ella”. Por ter sido uma “esposa e mãe extremosa”, ou seja, que chegou aos extremos por alguém, que tudo fez pelo marido e filhos, dá-se uma conotação de que por isso merece as orações dos demais. Araújo (2008, p. 42) afirma que “para a história o monumento, por ser um tipo de documento que reflete a memória, é uma rica fonte de informação. A informação principal, deste túmulo extraída, é que essa mulher, falecida em 1912, merecia a atenção dos circulantes no espaço cemiterial, era um ideal de mulher para a época.

Assim como acontece com a simbologia, de acordo com Catroga (1999, p. 108) que traz uma “ambiguidade em relação ao tempo e à finitude: se exprime a angústia, também convida à paz [...] testemunha a finitude dos indivíduos”, também os epitáfios denotam essa polaridade. Assim, em um sétimo jazigo de família investigado e no qual consta o sobrenome há dez pessoas enterradas (são, ao todo, sete homens e três mulheres), e cinco delas têm epitáfio, encontramos, em três mortos, após o ano de 1950, as ideias de inconformidade pela partida e marca da falta com presença.

“Ajuda-nos a viver sem ti até um dia” (O.A.N., 1929 – 1980) refere-se a um homem de 51

anos ali enterrado. Este epitáfio se destina ao morto (“viver sem ti”) e trata-se de uma prece para que aquele que já não está mais entre os vivos poderia auxiliar aos que ficaram a superar a dor. No mesmo jazigo há outro homem enterrado, este morto com 49 anos, que aparece, novamente, a ideia de finitude e tempo. “Aqueles que amamos não morrem, apenas partem antes de nós.” (I.M.L., 1942 – 1992). Neste caso o epitáfio é uma reflexão, não está dirigida ao morto mas àqueles que a leem, e contém uma ideia de negação da morte, vendo-a como uma viagem, uma nova trajetória, em outro lugar, onde haverá um reencontro. Do mesmo modo, o terceiro epitáfio aqui recortado deste jazigo é registrado junto ao nome de um outro homem, morto com 50 anos, e que dá a ideia de reflexão sobre o que é a morte, com um diferencial: a rima. “Aqueles que passam em nossas vidas não vão sós, deixam um pouco de si e levam um pouco de nós. Saudade dos familiares.” (F.S., 1944 – 1994). Neste caso o funcionamento é o de contato, ou contágio, em que o morto leva consigo parte do que aprendeu como os que ficaram e deixa a estes seu legado. Em palavras de Catroga (1999, p. 107) é com se houvesse, na representação do epitáfio, a “expectativa da reconstituição, no além, dos elos intersubjectivos e familiares que a morte desagregou”.

O novo culto aos mortos é, nas palavras de Catroga, gradual, e “sem direta directa mediação eclesíastica (e até religiosa), consubstanciado na gestão familiar e na ‘visita ao cemitério’, e tendo por momentos fortes o cuidar das campas e jazigos, a deposição periódica de flores” (CATROGA, 1999, p. 105). No oitavo jazigo de família, onde constam dois sobrenomes, ampliando a referência familiar e genealógica, sete pessoas estão ali sepultadas (dois homens e cinco mulheres), sendo que quatro dessas pessoas têm epitáfios. Um homem, morto em 1932, mas sem data de nascimento ou referência à idade no momento da morte, teve o seguinte epitáfio: “Aqui jazem a bondade a

dedicação o heroísmo pelo exemplo de suas vidas a gratidão dos que os amaram” (M.C., ? – 1932). Embora conste o plural (“suas vidas”, “os amaram”) parece, pela distribuição do texto na lápide, referir-se apenas ao homem de iniciais M.C. Não há qualquer menção religiosa, senão a única e exclusivamente a celebração da pessoa, destacando as suas qualidades (“bondade”, “dedicação”, “heroísmo”) e expressando o agradecimento “dos que os amaram”. Essa afetuosidade é bastante comum no ambiente cemiterial, sendo quase que uma constante, ao lado das menções religiosas e de agradecimento.

No nono jazigo analisado, em que consta o nome do patriarca ao alto, cinco pessoas foram sepultadas (dois homens e três mulheres), sendo que duas pessoas receberam epitáfio. Escolheu-se trazer aqui o epitáfio dedicado a uma mulher, de 68 anos na data de sua morte, pela sensorialidade evocada. “Esta gelida campa não traduz a infinita dôr que deixastes nos corações dos vossos filhos.” (I.K., 1874 – 1942). A ideia de frio remonta o corpo inerte, gelado, morto. É dirigido à mãe, assinado pelos filhos, e contém, novamente sem o religioso atravessado, a ideia de dor pela perda (“infinita dor”) do ente querido (neste caso, a mãe). O qualificador da dor (“infinita”) tenta dimensionar como a maior dor possível, aquela que nunca cessa, aquela que corrói os que ficaram vivos. Uma condenação em vida.

Já o décimo e último jazigo escolhido para a análise, trata-se de um jazigo de família, onde consta o sobrenome desta família. São sete as pessoas enterradas (quatro homens e três mulheres), quatro dessas pessoas com epitáfios. Num deles, dedicado a um homem que morreu com 58 anos, apresenta-se que: “O vazio deixado em nossos corações será preenchido pela lembrança do tempo que convivemos contigo! Teus familiares.” (L.F.F.G., 1950 – 2008). Nesse epitáfio, assinado de modo genérico pelos “familiares”, se faz uma ideia de morte ligada à “vazio” no coração, portanto falta,

saudade, como se um pedaço fosse retirado. No lugar desse pedaço, representando o homem que morreu, ficará a “lembrança do tempo que convivemos contigo”, ou seja, os vivos falam aos mortos, dizem suprir a falta com a rememoração.

Marcon (2017, p. 35) traz a tona o conceito de documento e verifica “a contribuição dos epitáfios enquanto documento que influencia na memória coletiva a partir do ambiente cemiterial e dos registros em lápides”. Nessa mesma perspectiva de epitáfio como documento, ao todo foram pesquisados 10 jazigos de 101 possíveis no espaço do cemitério público de Santa Maria (RS) em que se procedeu ao levantamento pelo projeto desenvolvido em 2015 e 2016, ou seja, 10% do total.

Sobre os achados da pesquisa, resumidamente, verificou-se que pode se encontrar, nesse universo de pesquisa, três jazigos com o nome do patriarca ao alto, três com um ou dois sobrenomes de família numa identificação de destaque e quatro sem nenhuma identificação onomástica.

Nos 10 jazigos estudados constam informações de 58 falecidos (numa média de cinco ou seis pessoas por jazigo), sendo 32 homens (55,17%) e 26 mulheres (44,82%). Este número de pessoas, 58, representa 15,84% do total dos enterrados naquela área do Cemitério Ecumênico de Santa Maria (RS). Foram escolhidos 13 epitáfios referidos a pessoas, de um total possível de 31 (41,93% do total foi trabalhado). Também se cita nesse artigo um epitáfio geral, sem a especificação direta a uma pessoa (“Descança em paz”).

Dos 13 epitáfios analisados, quatro eram referentes a mulheres (30,76%) e nove a homens (69,23%).

Quanto ao período das mortes, uma ficou incerta quanto à data pela falta do referente (podendo ser tanto para uma senhora falecida em 1937, quanto para uma mulher falecida em 1974). Sete aconteceram antes de 1950 (53, 84%), data baliza para a escolha dos túmulos fotografados e

válidos para a pesquisa; e cinco (38,46%) após 1950. A distribuição por décadas ficou assim disposta, da maior incidência para a menor: 1930 (3); 1910 (2); 1940 (2); 1980 (2); 1990 (2); 2000 (1) e outra incerta (podendo ser da década de 1930 ou da década de 1970). A morte mais recente se deu em 2008 e a mais longínqua foi em 1912.

Quanto às idades e a faixa etária dos falecidos de quem se analisou os epitáfios, embora não tenha sido possível precisar a idade de duas pessoas (um homem e uma mulher), a maioria tinha mais de 50 anos, sendo 4 na faixa dos 50 e um na faixa dos 60. Também registrou-se dois na faixa dos 40 anos, dois na faixa dos 30 anos, um na faixa dos 20 e um com menos de cinco anos. O menor tinha 2 anos e o maior 68 anos. No entanto é bom salientar que a primeira mulher que se refere poderia ter 72 ou 86 anos, apenas não se sabe a qual das duas diz respeito o epitáfio.

## Conclusão

Nota-se, a partir da análise quantitativa referente as pessoas que fizeram parte do recorte desta pesquisa, que trata-se na maioria homem, com mais de 50 anos, morto antes de 1950, com morte localizada, em sua maioria, na década de 1930. No caso das mulheres, todas eram mães. As sepulturas abrigavam no mínimo dois e no máximo 10 defuntos, havendo uma média de cinco sepultados por jazigo, ou seja, eram bem habitados. Como é expressado por Catroga (1999, p. 98),

pode concluir-se que, se a sepultura individualizada e o jazigo corporizavam as condições semióticas necessárias à reconstrução imagética da memória individual e familiar dos defuntos, o monumento funerário acabava por criar a ilusão da eternidade do grupo, bem como a das diferenças sociais que atravessavam a cidade dos vivos.

Assim havia o juiz da comarca, a mãe extremosa, a inesquecível mãe, o pai herói e a

quem se dedica gratidão, o jovem desafortunado, a criança inocente, etc. Havia uma conversa com o circulante do Cemitério, quando se pedia orações, e um diálogo com os mortos, quando se pedia para ajudar a viver. Araújo (2008, p. 39) afirma que “o cemitério nos permite realizar múltiplos olhares sobre as sociedades, graças às diferentes expressões de identidades culturais públicas e/ou privadas que lá são representadas”. De fato há fatias sociais diversas expressas nesse recorte e a cada uma delas redigiu-se palavras que expressassem os sentimentos de quem ficou, não partiu.

Usando as tipologias de epitáfios definidas por Marcon (2017), fez-se uma classificação dos mesmos chegando-se a conclusão de que os 13 epitáfios se enquadram, assim como no trabalho desenvolvido por Marcon (2017, p. 55) em uma ou mais das seguintes tipologias: cunho religioso, sentimentos e dor, marca de saudade, traços de romantismo e traços de heroísmo, sendo a saudade aquela mais observada nos epitáfios deste estudo.

Araújo (2008, p. 38) cita Bellomo (2000), quando este defendia que os “cemitérios são uma das fontes escritas e não-escritas mais ricas que o historiador tem ao seu dispor para conhecer uma região”. Esta afirmação se confirma neste trabalho, considerando que os epitáfios, como fonte escrita, trazem em si não apenas a memória de quem morreu como também os traços de um tempo visibilizando relações humanas, condições de produção do discurso, apresentando, tal como Orlandi expressa, “o conjunto de suas práticas na materialidade” (ORLANDI, 2010, p. 87).

Por fim, retoma-se a concepção de Catroga (2010, p. 175) sobre o cemitério na qual o autor afirma que “a necrópole é um livro escrito em linguagem metafórica. O que implica que o culto dos mortos, como toda recordação, também seja um diálogo imaginário do sujeito consigo mesmo, em que participa a razão, a vista e o coração”. Que

estas escritas não cessem e as lápides sigam sendo parte da expressão ocidental do sujeito em relação a seus mortos e o epitáfio seja o lugar do discurso nestes monumentos.

## Referências

ARAÚJO, Thiago Nicolau. *Túmulos celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008.

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

BORGES, Maria Elizia. *Arte funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte, MG: C/Arte, 2002.

CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos*. Coimbra, Portugal: Minerva, 1999.

\_\_\_\_\_. O culto dos mortos como uma poética da ausência. In: *ArtCultura*. Uberlândia, SP, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan. – jun. 2010.

\_\_\_\_\_. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009.

GRASSI, Clarissa; BATISTA, Fábio Domingos. Tipologia. In: GRASSI, Clarissa. *Guia de visitação ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula: arte e memória no espaço urbano*. Curitiba, PR: Edição do Autor, 2014.

LAUWERS, Michel. *O nascimento do cemitério: lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

MARCON, Anelize da Silva. *Arquivologia e memória cemiterial: um estudo sobre os epitáfios do Cemitério Papa Pio XII de Santiago – RS*. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Arquivologia/CCSH/UFSM. Santa Maria, RS: UFSM, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

RODRIGUES, Claudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SCHMITT, Juliana. *Mortes vitorianas: corpos, lutos e vestuário*. São Paulo: Alameda, 2010.

SILVA, Margareth da. *O arquivo e o lugar: custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos*. Niterói, RJ: EdUFF, 2017.

Recebido em 20 de novembro de 2017

Aprovado em 15 de dezembro de 2017